

**OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, OFICINAS E ENTREVISTAS
SEMIESTRUTURADAS: PESQUISA PARTICIPATIVA COM JOVENS DO
INTERIOR DE PERNAMBUCO**

**PARTICIPANT OBSERVATION, WORKSHOPS AND SEMI-STRUCTURED
INTERVIEWS: PARTICIPATORY RESEARCH WITH YOUNG PEOPLE
FROM THE COUNTRYSIDE OF PERNAMBUCO, BRAZIL**

Roseane Amorim da Silva¹

Jaileila de Araújo Menezes²

Resumo: O artigo aborda a metodologia participativa na pesquisa com jovens rurais de comunidades quilombolas e da periferia urbana do interior de Pernambuco. Observamos a contribuição dessa metodologia para compreendermos as situações de opressão e desigualdades vivenciadas por esses/as jovens e as formas de resistência construídas pelos/as mesmos/as. As pesquisas participativas vêm sendo construídas a partir de uma diversidade de instrumentos e de técnicas que possibilitam a construção de informações. Utilizamos três métodos: a observação participante, que nos ajudou a compreender o contexto dos/as jovens, etapa importante para subsidiar a construção da segunda etapa: as oficinas, momento em que foi possível construir reflexões junto aos/as jovens; o terceiro foram as entrevistas semiestruturadas que permitiram aprofundar algumas temáticas discutidas nas oficinas. Destacamos a importância de as pesquisas possibilitarem espaços para que os/as participantes falem de suas vivências e reflitam sobre as mesmas em prol do fortalecimento de práticas de resistência.

Palavras-chave: Metodologia participativa; Observação participante; Desigualdades sociais; Resistência.

Abstract: The article addresses the participatory method in researching with youth from rural quilombola communities and from the urban outskirts in the countryside of Pernambuco, Brazil. We observe the contributions of this method to understand the oppression and the inequalities experienced by these young people and the forms of resistance they have built. Participatory research has been built through several instruments and techniques that enable the construction of information. We used three methods: participant observation, which helped to understand the context of the young people, an important stage to support the construction of the second stage; workshops, moments when it was possible to build reflections with the young people; the semi-structured interviews, which allowed us to deepen some of the themes discussed in the workshops. We emphasize the importance of research that allow the participants to talk about their experiences and to reflect on them in order to strengthen resistance practices.

Keywords: Participatory methodology; Participant observation; Social inequalities; Resistance.

¹Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST. Serra Talhada, Pernambuco, Brasil. E-mail: roseaneamorims@gmail.com

²Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: jaileila.araujo@gmail.com

1 Introdução

O presente artigo faz parte da pesquisa realizada para a construção da tese de doutorado intitulada: “Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a qual teve como objetivo investigar as opressões, desigualdades e resistências, por parte de jovens homens e mulheres, a partir da intersecção entre gênero, raça, etnia, classe, geração, sexualidade e território.

O trabalho foi desenvolvido em duas localidades de Garanhuns, cidade do interior de Pernambuco: nas comunidades quilombolas Castainho e Estivas (área rural) e na periferia urbana do município. A pesquisa foi realizada através do uso de metodologia participativa. O objetivo deste artigo consiste em discutir o desenvolvimento do estudo através de diferentes instrumentos que possibilitaram a construção de informações sobre as juventudes participantes.

O modo, portanto, como as pesquisas participativas vêm sendo planejadas e construídas utiliza uma diversidade de instrumentos e de técnicas que possibilitam ao/à pesquisador/a operar a construção de informações, e conseqüentemente, aprofundar as discussões e reflexões sobre o fenômeno em questão (FAERMAN, 2014).

As comunidades quilombolas foram um dos campos de pesquisa, sendo assim, é importante abordarmos um pouco do seu histórico. Os quilombos surgiram no Brasil como um modo de formação social e coletivo necessário para a organização dos negros libertos. A identidade quilombola está associada à ideia de pertencimento a um território, aos laços de parentesco, aos valores e costumes (SANTANA; TELES; OLIVEIRA, 2017). Embora exista uma predominância de negros nessas comunidades, não são todos/as os/as quilombolas que têm esse fenótipo.

Foi na década de 1980 que o debate sobre a questão quilombola entrou no cenário político nacional e culminou, no ano de 1988, com essas comunidades tornando-se matéria constitucional. Mas a imagem de quilombo no texto constitucional, e no próprio senso comum, em 1988, ligava-o à ocorrência de fugas de escravos, que constituíram comunidades isoladas como resistência a ações de recaptura. Para a maioria dos brasileiros, naquele ano de 1988, a representação do termo quilombo estava ainda ancorada em Palmares e, seu grande herói, Zumbi. Tratava-se, portanto, muito mais de

um estereótipo do que de uma leitura da realidade dessas populações (BRANDÃO; JORGE, 2016).

As comunidades, que começaram, a partir de 1988, a reivindicar a condição de quilombolas, eram não somente oriundas de processos de fugas de escravos, mas formadas a partir de variadas formas históricas, como: ocupações por escravos e ex-escravos de áreas abandonadas pela exploração econômica; ocupações de áreas doadas a famílias de ex-escravos, ou mesmo compradas por eles, e posterior resistência a iniciativas de expulsão ou apropriação da terra; comunidades oriundas de processos de migração de grupos negros que fugiam da seca no semiárido. Esses formatos apresentados não esgotam as possibilidades de produção identitária capazes de agregar os grupos que seriam, no presente, as comunidades quilombolas, mas dão exemplo da intensa variedade de características constitutivas dessa parte da população que foi nomeada na Constituição de 1988 (BRANDÃO; JORGE, 2016). Atualmente existe uma grande luta de muitos quilombos pelo reconhecimento e pela titulação das terras, bem como para que o Estado se responsabilize pelas demandas desses territórios.

Também faz parte desta pesquisa a periferia da área urbana de Garanhuns, município da Mesorregião do Agreste Pernambucano, no Estado de Pernambuco, que dista cerca de 230 km da capital, Recife, e possui 140.577 habitantes, conforme dados previstos pelo IBGE sobre a população em 2020. Garanhuns é datada do século XVII, sendo contemporânea das guerrilhas dos escravos fugidos para o Quilombo, formando fazendas e sítios. Hoje a cidade destaca-se no setor cultural, com a realização de grandes eventos, como o Festival de Inverno de Garanhuns, e, também, no âmbito da educação, com Universidades, Estaduais e Federais, e instituições privadas de Ensino Superior. A seguir, abordaremos quem foram os/as participantes do estudo e como ele foi realizado nos dois campos: área rural (quilombos)– e área urbana (periferia).

É importante ressaltar como este artigo foi escrito. O universo acadêmico exige coerência do/a autor/a na forma como vai se expressar no texto, mas, no presente trabalho, optamos por falar ora na primeira pessoa do singular – visto ser um momento importante de ressaltar uma experiência vivenciada pela primeira autora no campo de pesquisa –, ora na primeira pessoa do plural. Escrever este trabalho só em primeira pessoa do singular não dava conta do contexto em que ele foi construído, pois outras vozes foram importantes nessa trajetória, como as muitas discussões realizadas com a professora orientadora (segunda autora) e o grupo de pesquisa de que ambas fazem parte.

2 Metodologia

Realizamos a pesquisa subsidiadas por uma perspectiva feminista, que ilustra uma consciência dos/as investigadores/as acerca do seu papel e do seu envolvimento pessoal na investigação. Essa consciência é chamada de reflexividade, representando uma espécie de disciplina de autorreflexão acerca de quem somos, de como as nossas identidades interferem no nosso trabalho e de como, por outro lado, o nosso trabalho influencia todos os aspectos do nosso eu (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Buscamos refletir no estudo, colocando como questão inicial: como visibilizar as vozes dos/as participantes? Como não apenas representá-las nos textos? Como criar espaços e formas de modo que essas vozes sejam ouvidas, colocadas em evidência? Esse tem sido também um desafio da pesquisa participativa. Desse modo, consideramos as informações construídas no estudo, sem negar que elas emergiram da nossa mediação enquanto pesquisadoras, assim como o efeito das nossas relações construídas com os/as participantes está presente nos discursos destes/as.

Estivemos atentas a algumas questões, como, no momento em que estávamos entrevistando uma jovem quilombola, que nos disse: “eu não sei se é isso que você queria saber”, “não sei falar essas coisas, estudei muito pouco”; outra, uma mulher adulta, durante nossas imersões nas comunidades e conversas com os/as moradores/as, disse: “eu não tenho estudo, não sei dizer nada interessante”. Ao ouvirmos essas falas, em que as participantes nos colocavam em um lugar hierarquicamente superior a elas, porque nós “tínhamos estudo”, estávamos cientes do lugar que ocupamos, do conhecimento acadêmico e dos efeitos desse lugar, que fazia com que inclusive surgissem tais falas. Mas, nesses momentos, dizíamos que as experiências de vida que elas têm não estavam escritas em nenhum lugar e que tínhamos muito a conhecer sobre essas vivências com elas.

2.1 Participantes da pesquisa

O público da pesquisa foi formado por jovens de ambos os sexos, com idades a partir dos 15 anos, moradores/as das duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, e da periferia urbana do município de Garanhuns. Essas duas comunidades estão localizadas uma próxima da outra, inclusive sem uma demarcação geográfica onde termina Castainho e onde começa Estivas. São os/as moradores/as que fazem essa distinção.

Na área urbana, participaram jovens, de ambos os sexos, de uma escola pública que recebe um quantitativo grande de estudantes residentes nas periferias da cidade. Não iremos especificar onde a escola se localiza no intuito de preservar sua identidade. Nomeamos as comunidades e optamos por não identificar a escola devido ao fato de que alguns dos resultados construídos no estudo podem identificar profissionais e estudantes da instituição e da região.

A inserção nas comunidades quilombolas ocorreu através do contato com os/as profissionais que atuam no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Quilombo, de alguns membros da equipe do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase na Saúde do Campo (REMSFC), de lideranças das comunidades e de moradores/as que já conhecíamos. Na área urbana, a inserção aconteceu através da escola. A pesquisa foi realizada a partir de três etapas, com o uso de três métodos distintos que propiciaram a construção dos dados: observação participante, oficinas e entrevistas semiestruturadas.

A respeito do uso de três técnicas ou mais, com vistas a ampliar o universo informacional em torno do objeto de estudo, Minayo (2010) chamou de triangulação. O termo triangulação pode ser utilizado em três dimensões diferenciadas, dependendo do contexto em que é empregado, comportando, portanto, divergências conceituais, o que pode levar a equívocos na sua interpretação e compreensão.

Segundo Minayo (2010), em uma primeira dimensão, triangulação é o termo utilizado para a avaliação aplicada a programas, projetos e disciplinas. No processo avaliativo, sua conceituação torna-se abrangente e complexa, abarcando diferentes variáveis, entre elas: a necessidade de se ter presentes avaliadores externos, além dos internos, e que, preferencialmente, sejam de formações distintas, possibilitando a “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29); a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas; a análise do “contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (MINAYO, 2010, p. 28-29). O uso da triangulação se fez presente no uso de diferentes métodos para construção das informações sobre o objeto de estudo: observação participante, oficinas e entrevistas.

3 Resultados e discussões

Neste tópico, abordaremos como foi realizada cada etapa da metodologia participativa, como foram nossas interações no campo de pesquisa com os/as jovens nas comunidades quilombolas e na periferia da área urbana no Interior de Pernambuco.

3.1 Observação participante: compreensão de contextos e construção de ações

Nós tínhamos dois territórios que faziam parte do estudo e optamos por iniciar os trabalhos nos quilombos, Castainho e Estivas, devido à nossa inserção já existente nessas comunidades e a alguns eventos que estavam acontecendo nelas, os quais coincidiram com o início da pesquisa de campo, a exemplo do I Encontro de mulheres quilombolas da região.

A observação participante se refere ao processo em que os membros da comunidade estudada concordam com a presença do/a pesquisador/a entre eles/as. O/a observador/a participante deve criar meios para ser aceito/a no contexto da pesquisa (o que pode significar aspectos diferentes em termos de comportamento, modos de viver). É importante, nesse tipo de pesquisa, que o/a pesquisador/a realize suas ações de acordo com o funcionamento do local que se estuda, mesmo que isso signifique sair do proposto no roteiro planejado (FLICK, 2009).

Para realizarmos a pesquisa, estivemos presentes nos diversos espaços das comunidades e não traçamos um planejamento linear, os caminhos foram sendo construídos durante o processo. Foram lançados no diário de campo as conversas e observações realizadas. Fizemos registro de tudo que foi possível por meio da escrita, de áudio e de algumas fotografias. Esse material foi muito importante para a compreensão das situações de desigualdades e resistências vivenciadas pelos/as jovens nos diferentes contextos.

Concordamos com Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p.129), quando ressaltam que, no campo da Psicologia Social, a observação é uma estratégia metodológica que “oferece a possibilidade de contribuir para a compreensão da vida das pessoas [...]”. Possibilita também ao/a estudioso/a que ele/a assuma posturas críticas que deem visibilidade às inequidades, desigualdades ou mesmo a construção de propostas conjuntas de ação”.

Consideramos a importância da realização de uma leitura etnográfica das comunidades quilombolas e da periferia urbana para conhecermos como as pessoas

constroem e dinamizam os processos sociais e seus modos de vida, sobretudo nos grupos que estudamos, que têm especificidades que se diferenciam de outros grupos da sociedade. Nesse sentido, consideramos que a pesquisa realizada se situa no rol de trabalhos em que o/a pesquisador/a desenvolve o estudo porque está envolvido/a na trama das trocas cotidianas e das interações sociais. Dessa forma, ela é fruto de contextos dialógicos específicos, nos quais tanto o/a pesquisador/a quanto os/as participantes negociam suas visões de mundo. Abordaremos os caminhos percorridos nas comunidades quilombolas a partir do questionamento a seguir: “Fazendo pesquisa desse jeito? Aqui sentada, conversando?” (moradora da comunidade Estivas).

O estudo nas comunidades quilombolas iniciou bem antes da minha inserção no campo. Aconteceu em 2010 e em 2013, para fins da construção do TCC da graduação e da dissertação de mestrado respectivamente, e, de lá para o presente ano, as vivências e as informações construídas estão sendo refletidas. Voltar ao campo propriamente dito e realizar uma nova pesquisa traz muito a ser pensado, experienciado, vivido. Por que retornar para lá? Como estranhar o familiar em um campo de pesquisa que não é novo? Como seríamos recebidas pelos/as moradores/as? Essas e tantas outras indagações surgiram no processo da pesquisa. Ao mesmo tempo em que refletíamos sobre essas questões, o feminismo (NEVES; NOGUEIRA, 2005; NOGUEIRA, 2013) possibilitou que pensássemos que a experiência é algo singular, que não se repete. As experiências dos/as jovens foram consideradas dessa forma, assim como também o encontro com eles/as, como algo singular.

Os/as jovens puderam refletir sobre algumas de suas experiências durante o estudo e fomos também refletindo sobre nossos posicionamentos cada vez que nos angustiávamos, nos indignávamos com as situações de desamparo e de desigualdades que incidem sobre a juventude quilombola e periférica; porém, também nos alegrávamos ao ver que, em meio às dificuldades, alguns/mas têm encontrado formas de traçar seus projetos de vida.

A observação nunca é neutra e nem desejávamos que fosse. Os caminhos para ter acesso às pessoas e aos lugares é feito a partir de escolhas, há muitas possibilidades para organizar e desenvolver a observação em uma pesquisa (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014). Começamos a partir de alguns contatos com jovens que já conhecíamos e alguns/mas profissionais que atuam nas localidades estudadas. Assim, no período em que estivemos nas comunidades, pudemos participar de várias atividades e tivemos muitas conversas com os/as moradores/as de diferentes idades, e com os/as

profissionais que lá atuam. Vale ressaltar que consideramos as conversas como protagonistas relevantes na produção de nossas informações, como “um passo importante para a valorização dos lugares de vivências, de alteridade, de diversidade, de diálogo e de encontro” (BATISTA; BERNARDES; MENEGON, 2014, p. 100).

Iniciamos essas reflexões sobre a observação participante com a fala de uma quilombola. Em uma das visitas à comunidade, fiquei (Roseane) sentada em frente a uma casa, conversando com duas moradoras que eu já conhecia. Pouco tempo depois, outra chega e fala: “oi mulher, eu lembro de você. Estás fazendo o que por aqui?” Falei que estava fazendo uma pesquisa na comunidade, foi quando ela proferiu: “Fazendo pesquisa desse jeito? Aqui sentada, conversando?” Esse incômodo que o/a pesquisador/a causa foi algo que pudemos perceber em alguns momentos, principalmente nessa primeira etapa, em que ficávamos nos lugares conversando com as pessoas. Que pesquisa é essa, sem questionário na mão, sem material nenhum, conversando, andando pelos lugares?

Os/as profissionais da Residência de Saúde no Campo que, no período do estudo, eram a primeira turma dessa residência e estavam concluindo os trabalhos, também auxiliaram a nossa participação em algumas atividades que eles/as estavam realizando, como, o já referido aqui, I Encontro de mulheres quilombolas da região. Organizado por um grupo de mulheres quilombolas, o encontro foi planejado com o auxílio de uma das residentes, com o objetivo de que se fortalecessem e construíssem formas de terem uma geração de renda, e que também pudessem discutir sobre os processos de ser mulher nas comunidades.

Pudemos participar de algumas das reuniões do grupo das mulheres quilombolas, que se autodesignaram Mulheres Guerreiras Quilombolas, e da organização do evento mencionado, em que elas foram as protagonistas e falaram sobre suas lutas, dificuldades e resistências. Estivemos também na escola de Castainho, que funciona até o 9º ano, e pudemos conversar com a gestora, que falou de algumas dificuldades enfrentadas, mas também sobre o que têm feito para lidar com os problemas.

Realizamos algumas visitas às comunidades nos finais de semana que tiveram jogos no campo de futebol e fomos também aos bares nesse período. Fomos acompanhadas por algumas jovens quilombolas. Aos domingos, as comunidades são bem movimentadas, em frente às casas alguns grupos ficam sentados conversando, formados por homens e mulheres, de diferentes idades, alguns/mas bebendo.

A maioria das famílias recebe o Bolsa Família e vivem com uma renda muito pequena. Um dos problemas é a questão do território: as famílias estão crescendo e as

fazendas aos arredores também. Algumas dessas últimas usando o território das comunidades, o que torna a situação muito difícil para os/as agricultores/as, pois esses últimos, sem terra, não têm onde plantar. E, mesmo as comunidades já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, ainda precisam conquistar a documentação de posse da terra de algumas localidades.

Em conversa com algumas profissionais, elas têm constatado a existência de um racismo institucional nas comunidades, porque as pessoas da cidade, nomeadamente profissionais/gestores, fazem tudo de modo a dificultar o acesso da população aos serviços. A comunidade não tem transporte público, só tem um ônibus disponibilizado pela prefeitura para os/as estudantes. A maioria dos/as moradores/as trabalha na agricultura, principal fonte de renda, mas, com os períodos de seca, fica tudo muito difícil e isso tem implicações na saúde do/a trabalhador/a.

Pudemos frequentar vários lugares nas comunidades: a Unidade de Saúde, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a Escola de Castainho e a Escola de Estivas, o campo de futebol em Estivas, o bar em Estivas, a casa onde acontecem os jogos de baralho entre as mulheres, a casa de alguns/mas moradores/as. Nesse período, muitas foram as conversas com as crianças, os/as jovens, os/as adultos/as e os/as idosos quilombolas e com os/as profissionais da área urbana que atuam nas comunidades. Pudemos observar as dificuldades enfrentadas: nos cuidados com a saúde, para dar continuidade ao processo de escolarização e para a obtenção de emprego pelos/as jovens; além disso, questões como o uso abusivo de álcool, a violência contra a mulher, a falta de segurança, entre outras que foram relatadas. Vimos também abusos, por parte de alguns/mas, por melhorias para as comunidades; a luta das mulheres para dar conta dos afazeres domésticos e comercializar os produtos da agricultura nas feiras da cidade; a resistência dos/as jovens que têm se deslocado até a cidade buscando realizar seus projetos de vida pela via dos estudos.

Para falarmos sobre os caminhos percorridos durante a observação participante na área urbana, trazemos o questionamento de uma estudante: “Quando você for fazer alguma coisa dessa pesquisa, me chama”.

Na área urbana, realizamos a observação em uma escola, procurando, dessa forma, que a escola funcionasse como porta de entrada para nos aproximarmos dos/as jovens, das suas vivências juvenis, e, com eles/as, fazermos visitas para conhecermos as suas experiências em áreas da periferia.

Durante todos os dias, de segunda a sexta, pelo período de dois meses, íamos à escola pela manhã e ficávamos nos corredores próximos do refeitório. Nos dois dias em que os/as estudantes almoçavam na escola, permanecíamos com eles/as no horário do almoço também. Inicialmente, muitas vezes, nos sentamos próximo ao refeitório, só observando e sendo observadas. Alguns estudantes, às vezes, se dirigiam e perguntavam se estávamos trabalhando na escola. Em alguns momentos as/os funcionários/as dos serviços gerais ficavam conversando, forneciam algumas informações sobre a escola e sobre alguns/mas estudantes. Em outros momentos, passamos a circular também pelo pátio e pelos corredores durante os intervalos, parávamos onde estavam alguns grupinhos de estudantes, alguns só com mulheres, outros só com homens e alguns mistos, e, ao apresentarmo-nos, falávamos da pesquisa que estava sendo realizada na escola, sobre questões relacionadas à juventude, às dificuldades enfrentadas, aos projetos de vida.

Aos poucos, fomos conhecendo os/as estudantes e, quando eles/as nos viam sentadas nas proximidades do refeitório, lugar em que ficávamos na maioria dos dias, de modo estratégico (porque lá passavam quase todos/as os/as estudantes e tínhamos uma visão de parte do pátio por onde as pessoas circulavam), alguns/mas falavam conosco, principalmente as jovens; cumprimentavam com abraços, perguntavam como estava a pesquisa. Algumas e alguns se ofereciam para participar e perguntavam como seria a pesquisa, para quê estávamos fazendo esse trabalho, pois para eles/as a pesquisa não tinha ainda começado, já que estávamos só por lá conversando e observando.

Essas questões foram importantes para pensarmos como a pesquisa é vista e considerada pelos/as participantes. Esse estranhamento em relação a nós – que dizíamos estar fazendo uma pesquisa, mas estávamos por lá, sentadas, conversando e observando –, o que também aconteceu nas comunidades quilombolas, como já referimos, revela como a visão de pesquisa para as pessoas ainda é baseada naqueles moldes do/a pesquisador/a com um questionário e uma prancheta na mão, fazendo perguntas. Nesses momentos, eu considerava importante explicar que o estudo teria outras etapas, que eu estava conhecendo as pessoas, os lugares, os/as jovens da comunidade, assim como os/as da cidade, os seus interesses e suas experiências.

Nesse período em que estivemos na escola, pudemos perceber que o racismo acontece de forma muito velada naquele contexto, assim como acontece na sociedade de modo geral. Alguns/mas estudantes, em nossas conversas informais, disseram não existir racismo na escola, mas, quando conhecemos os alunos/as negros/as, esses/as relataram situações em que sofreram um racismo interseccionado com a classe, o gênero e o local

de moradia (território), a exemplo do que aconteceu com estudantes negras que moram no Manoel Chéu (bairro estigmatizado na cidade como lugar perigoso e violento) e não têm condições de, durante a semana, diversificar o sapato. Elas relataram que, por diversas vezes, foram alvo de situações em que eram olhadas por outras estudantes que teciam comentários negativos por elas estarem todos os dias usando o mesmo sapato.

No presente estudo consideramos que o racismo se constitui em um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos, baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. “No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira” (GOMES, 2017, p. 98). Quijano propõe algumas reflexões quando fala em raça:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade, entre dominantes e dominados. [...] Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

Esse binarismo eurocêntrico, abordado por Quijano, é a base sobre a qual as diferentes identidades têm se construído: a partir do pensamento colonial, na relação de subalternização de um em relação ao outro, cuja inferioridade e opressão é naturalizada. Assim, estabeleceram-se os binarismos de homem/mulher; homembranco/homemnegro; mulherbranca/mulher negra; senhor/escravo; adulto/criança; nos quais classe e sexualidade também se fazem presentes.

Compreendemos que as opressões de raça estão interseccionadas com as de gênero, classe e também com outros sistemas de opressão. Autoras como Kimberlé Crenshaw (2002), Collins e Bilge (2020), e outras, fazem uso da interseccionalidade para abordar os marcadores gênero, classe e raça/etnia, de modo articulado, pois, segundo elas, estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Ou seja, os marcadores de opressão na sociedade não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão se inter-relacionam criando um sistema que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p.17-18) ressaltam que, apesar de haver diferentes usos e formas de compreensão, existe um consenso em considerar que:

[...] a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Ainda nas considerações das autoras mencionadas acima, em vez de olhar para as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a “interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras, posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 33).

No presente estudo, consideramos os sistemas de gênero, classe, raça, sexualidade, geração e território, pois nos interessou compreender a intersecção desses nas experiências dos/as jovens de diferentes contextos. Destacamos, ainda, que, quando pensamos no território quilombola e no território urbano da periferia, esse marcador produz intersecção com outros, pois o primeiro já carrega as marcas de questões étnico/raciais, da ruralidade, das desigualdades e de classe, entre outros, enquanto o segundo, também as de classe, raça, gênero; assim consideramos essas relações.

A escolha pelo uso da interseccionalidade vem também do fato dessa perspectiva possibilitar que os/as pesquisadores/as estejam atentos/as à forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas (NOGUEIRA, 2013). O olhar interseccional convocou-nos a considerar a diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação vão engendrando, o que contribuiu para visibilizarmos a repercussão dessas tramas nas vivências juvenis, tanto no que se refere às opressões e desigualdades vivenciadas, quanto para compreendermos as formas de enfrentamento dessas situações pelos/as jovens.

As desigualdades de gênero, assim como a homofobia, também puderam ser observadas nos discursos dos/as jovens, nos quais alguns/mas faziam questão de dizer que na escola existem muitos *gays* e lésbicas, não escondendo o seu preconceito. Outros/as relatavam que não concordam com as situações de preconceito e discriminação que presenciam na escola. A discussão sobre sexualidade e diversidade sexual na escola é bem ausente pelo que percebemos nas conversas que tivemos com os/as alunos/as. Em uma dessas, uma jovem relatou: “eu não tenho preconceito com os *gays* e as lésbicas que

têm aqui na escola, mas não gosto de ficar perto, se eles estiverem em um lugar, e eu puder não ficar perto, eu acho melhor”. Pudemos perceber como essas questões são vivenciadas pelos/as jovens; os *gays* e as lésbicas são vistos como pessoas das quais é melhor não se aproximar; a homossexualidade é encarada como algo errado. Fui surpreendida, durante as observações, pela quantidade de vezes em que os/as estudantes falaram sobre essa questão, o que me fez refletir sobre a homofobia e a lesbofobia sofrida pelo/as jovens pobres daquela região, e também nos fez pensar que, durante a pesquisa, havia um interesse e uma necessidade daqueles jovens de falarem sobre essas questões, e que seria importante pensarmos um momento sobre isso.

Em conversa, no intervalo, com uma jovem, ela relatou: “essa semana um professor fez uma dinâmica na sala, cada pessoa tinha um barquinho de papel, aí fora você escrevia as qualidades e dentro os defeitos, todo mundo escrevia no barquinho de todo mundo. No meu escreveram sapatão, lésbica safada e um monte de coisa. O professor pediu pra ler, quando eu li, ele perguntou o que eu achava disso, eu disse que achava muito errado, que era uma falta de respeito por parte de gente que não tem nada na cabeça. Quando acabou a aula, o menino que escreveu aquilo veio brigar comigo e me deu um soco [mostrou a marca no rosto]. Eu fui falar com a gestão, minha mãe veio, a família dele não veio, mas ninguém fez nada, ele está aí assistindo aula na minha sala. E é errado homem bater em mulher, mas ninguém fez nada, disseram à minha mãe que iriam resolver o assunto com ele, mas nada”. Nesse relato da jovem, observamos as várias violências que ela sofreu e a ausência de intervenção da gestão escolar em relação ao caso. Algumas outras estudantes relataram essa situação, indignadas com a violência.

Quanto ao uso de álcool, a intervenção da escola é pela via do proibicionismo. Pelo que os/as estudantes relataram, percebemos que a gestão é sempre atenta a essa questão, mas nunca realizou um trabalho sobre o tema. Muitos/as, quando foram falar das localidades onde moram, também falaram sobre o uso de álcool; alguns, em um tom de que é negativo fazer uso de bebidas, outros/as afirmando que bebem, mesmo sem que eu tivesse perguntado. Quando falavam sobre o que os/as jovens fazem para se divertir, geralmente surgia a questão das bebidas alcoólicas. Algumas estudantes relataram que têm os/as que levam bebidas escondidas para a escola: na garrafa de água, levam Pitú (cachaça), pura ou já misturada com Coca-Cola. A gestão descobriu que eles/as estavam fazendo isso e está atenta.

Outra questão que chamou a atenção foi quando perguntamos a alguns/mas se conheciam ou já tinham ouvido falar sobre as comunidades quilombolas e muitos/as

responderam que não. As comunidades são localizadas em Garanhuns; quando se estuda a história do Brasil, há referências aos quilombos, mas o que parece é que esse não tem sido um assunto tão abordado com os/as estudantes.

Nesse período de observação na escola, conheci também quatro jovens homens que haviam terminado o 3º ano, mas continuavam frequentando a escola para participar de um grupo de teatro que eles e outros/as estudantes formaram. Durante nossa conversa, eles relataram que, até conseguirem um emprego ou ingressarem na Universidade, irão continuar frequentando a escola, porque é melhor do que ficar em casa sem nada para fazer. Com isso, pensamos também sobre o papel da escola e a importância dela na comunidade; na falta de outros equipamentos na localidade, nos quais os/as jovens possam fazer cursos, ter práticas de lazer e momentos de sociabilidade, a escola tem tido também essa função.

Após um mês em que estávamos realizando o estudo na escola, combinamos com alguns estudantes de fazermos uma visita em alguns lugares da periferia, da qual faziam parte. Foi possível conversar com os/as jovens sobre vários assuntos: as dificuldades que eles/as enfrentam, os projetos de vida que possuem, entre outros.

3.2 Oficinas: dispositivos de reflexão e reinvenção do cotidiano

De posse de alguns dados construídos através das observações e conversas informais nas comunidades, na escola e na periferia, realizamos oficinas com os/as jovens em ambos os territórios. De acordo com Meneghel e Iñiguez (2007, p. 1815) “as oficinas são consideradas dispositivos de trabalho, determinados pelas práticas histórico-sociais, que buscam reforçar a autonomia dos participantes por meio da reflexão crítica e da reinvenção do cotidiano”. As oficinas possibilitam a reflexão sobre estratégias de resistência, que podem ser por meio da crítica, da dialogicidade e da arte. Não se trata de grupos terapêuticos, embora, para algumas pessoas, as oficinas possam ter um efeito dessa ordem, e não se trata de grupos de discussão, pois nas oficinas podem ser realizadas atividades lúdicas, artísticas, trabalhos com música, teatro, dança, que favoreçam a reflexão e o fortalecimento das pessoas (MENEGHEL; IÑIGUEZ, 2007).

Concordamos também com Spink, Menegon e Medrado (2014, p. 33) quando as autoras e o autor afirmam que:

[...] as oficinas são configuradas como ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a co-construção de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas, cujos efeitos não se limitam aos usos que os

pesquisadores possam fazer desse material, mas também alertam para potenciais transformações nas práticas discursivas geradas naquele contexto, numa fusão inseparável entre o que se convencionou chamar de ‘coleta de informações e produção de informações’.

E, ainda, que “as oficinas possibilitam aos/às participantes a convivência com a multiplicidade (nem sempre harmônica) de versões e sentidos sobre o tema” (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33), o que também pudemos observar, durante aquelas que realizamos, pois houveram momentos em que os/as participantes discordavam entre si, concordavam e refletiam juntos sobre as temáticas abordadas.

Na área urbana, essas atividades aconteceram na escola: foram realizadas 5 oficinas e 3 encontros. O que estamos chamando de encontro foram os momentos em que, pelo pequeno quantitativo de participantes presentes no dia, ou pelo fato de o grupo não ter conseguido organizar a atividade combinada anteriormente para ser realizada, não conseguimos fazer a oficina e aproveitamos aquele tempo com os presentes para conversar sobre questões da pesquisa, inclusive as discutidas nas oficinas anteriores.

No território quilombola, as oficinas aconteceram na comunidade Castainho, tendo sido realizadas 6 oficinas e 2 encontros. A sexta oficina realizada em Castainho teve a participação de 5 jovens urbanos, 4 mulheres e 1 homem, que estavam participando do estudo na escola. Semanalmente, realizávamos uma oficina na cidade e outrana comunidade, com exceção daquelas nas quais aconteceram apenas os encontros ou que, em algum dos territórios, devido às demandas dos/as jovens, não pudemos realizá-las. Tinham, em média, a duração de 2 horas e meia, e todas foram vídeo-gravadas. Tiveram como temas: 1ª Oficina – Vivências juvenis em territórios plurais; 2ª Oficina – Racismo: desigualdades e enfrentamento; 3ª Oficina – O que pensam os/as jovens sobre sexualidade; 4ª Oficina – Usos de álcool entre os/as jovens: questões relacionadas; 5ª Oficina – Enfrentamento das situações de desigualdades e opressões; 6ª Oficina – Encontro entre as juventudes rurais e urbanas.

3.3 A formação dos grupos e o processo das oficinas

Nas comunidades quilombolas, as oficinas ocorreram na sala da associação dos moradores/as. Depois de um período de três meses de observação, fomos às casas dos/as jovens, falamos sobre a proposta de realizar as oficinas e fizemos o convite para que participassem. Uma dessas idas à casa dos moradores/as ocorreu com a presença de uma das jovens que é uma das colaboradoras-chave na pesquisa. Fui de moto, junto com a

jovem que já havia confirmado a participação, para convidar os/as demais. Inicialmente, a proposta foi bem recebida. No dia combinado para a primeira oficina, compareceram 12 jovens: alguns ficaram mais quietos, ouvindo; outros/as falaram muito sobre o tema que estávamos discutindo no dia, pensando as questões do território, as dificuldades enfrentadas por eles/as, e como lidam com os desafios cotidianos. No fim, avaliaram de forma positiva a oficina e afirmaram querer participar das demais.

Não foi fácil formar o grupo, no dia combinado para a oficina seguinte, estiveram presentes 4 participantes. Na primeira oficina, eu havia combinado de fazer um grupo no WhatsApp para marcarmos o melhor dia para eles/as e, com os/as que não tinham WhatsApp, falava pelo Facebook. Através desses meios, marcávamos a data e o horário, eles/as me confirmavam e, no dia combinado, chegavam 3 ou 4 participantes. Embora as redes sociais tenham ajudado muito na comunicação, percebi que não poderíamos nos falar somente através delas e fui novamente às comunidades, às casas do/as jovens, refazer o convite.

Em alguns dias, aqueles/as que haviam confirmado a participação enviavam mensagem ao aproximar-se o horário da oficina ou justificavam a falta depois dela já ter acontecido. Nessas justificativas, pudemos perceber o que significa também ser homem e ser mulher jovem nessas comunidades. Eles não foram ou porque trabalhavam ou porque estudavam, ou por não terem interesse na proposta; com elas, por sua vez, embora também tenham ocorrido essas situações, muitas de suas justificativas se referiam aos papéis destinados socialmente às mulheres, tais como: “não posso ir hoje porque vou lavar roupa”, “não fui porque tive que ficar cuidando do meu irmão, que minha mãe foi pra rua [cidade]”, “dia de sexta não posso participar porque ajudo minha mãe arrumar as verduras pra levar pra feira”, “não vou hoje porque fui arrancar mandioca logo cedo com minha mãe e estou cansada”.

Em uma das visitas às comunidades, quando chegamos a uma casa e convidamos uma jovem para participar, a sua mãe também deu uma justificativa desse tipo “ela não pode ir, porque ela vai lavar roupa, nem pra escola ela foi me ajudando a lavar roupa hoje”. Essas explicações não foram proferidas por nenhum homem, os poucos que avisaram disseram: “não posso ir hoje que eu vou pra rua [cidade] resolver umas coisas”, “não posso porque vou fazer um trabalho da escola”, “não posso porque eu trabalho”. Com isso, foi possível percebermos que a educação familiar e os comportamentos/atividades nas comunidades são baseados em uma cultura sexista. Pensamos também nas desigualdades de classe, raça e etnia, que fazem com que esses/as

jovens pobres precisem desempenhar atividades para ajudar a família mesmo em horários que seriam destinados aos estudos.

Mesmo diante das dificuldades para formar o grupo, as oficinas aconteceram e pudemos construir várias informações sobre a juventude quilombola junto aos/as participantes.

Na área urbana, conforme já relatado, as oficinas aconteceram na escola. Para formar o grupo, após os acordos com a gestão, passamos nas salas de aula falando da proposta e perguntando quem teria interesse. Inicialmente, não houve dificuldades para formar o grupo, mas algumas foram surgindo no processo, porque os/as participantes eram de turmas diferentes. Um exemplo: a terça-feira era um dia mais tranquilo para os/as estudantes do 3º ano saírem da aula e ficarem na oficina, mas, já para os do 2º ano, não era um bom dia. Todavia, isso já era esperado, uma vez que estávamos realizando as oficinas no mesmo horário das aulas. Enquanto essa era uma dificuldade que conseguíamos administrar com os/as participantes, fomos percebendo que a gestão não estava muito satisfeita com as oficinas que vinham sendo realizadas na escola, chegando a nos dizer que um professor estava reclamando, porque os/as melhores alunos/as estavam saindo das aulas para participar.

Com alguns acontecimentos que presenciamos na escola e com o que os/as estudantes relataram, percebemos que os temas que estávamos abordando não eram bem vistos pela gestão e que, embora não tenha nos dito diretamente que não concordava com o nosso trabalho, fazia de tudo para dificultar. Nas oficinas, os/as estudantes, em mais de um momento, relataram o quanto existia de homofobia na escola e como a gestão também contribuía para isso. No período em que estávamos lá, quatro mulheres jovens foram suspensas e só puderam entrar na escola acompanhadas pelos pais, pois duas tinham um relacionamento homoafetivo e as outras duas amigas ajudaram uma das jovens que fazia parte do casal a fazer uma surpresa de namoro na escola. A gestão soube da organização da surpresa e como consequência da medida de proibição, uma das jovens deixou a escola no meio do ano letivo. A partir daí, ficamos pensando nas várias situações em que atitudes homofóbicas podem interferir na vida dos sujeitos, e que a escola é um *locus* onde essas questões precisam ser trabalhadas e discutidas. Porém, o que ocorre em muitas instituições é a reprodução da cultura sexista, através da postura da gestão e dos demais funcionários/as, assim como de alguns/mas estudantes.

Conseguimos realizar as oficinas na escola e tivemos um processo de construção de informações, mediante o qual foi possível conhecermos o que é ser jovem (homem ou

mulher), morar na periferia de uma cidade de médio porte, estudar em uma escola pública, transitar em alguns espaços da cidade, entre outras questões.

A última oficina foi realizada na comunidade quilombola Castainho, no intuito de fazer uma discussão com os/as jovens rurais quilombolas e urbanos/as sobre as questões que discutimos nas oficinas anteriores. Assim, levamos cinco jovens urbanos/as, que mostraram interesse em conhecer a comunidade desde o dia em que falamos que as oficinas também estavam sendo realizadas nessa localidade; inclusive, uma das jovens falou: “porque tu não levas a gente um dia pra lá?”. Esse já era um objetivo nosso, ter um momento em que pudesse acontecer essa interação entre os/as participantes dos diferentes territórios.

Consideramos importante, ainda, falarmos aqui sobre a 5ª oficina. Para realizá-la, fizemos uso de uma adaptação do teatro do oprimido, o qual consiste em um conjunto de técnicas teatrais organizadas em diferentes modalidades, e que tem como principal objetivo colocar algumas maneiras de fazer teatro a serviço da transformação social, possibilitando seus praticantes expressar e debater, através das cenas, situações opressivas que vivem, e compartilhar com a plateia, em busca de alternativas para o fim dessas opressões. Nasceu especialmente das inquietações, invenções e sistematizações de Augusto Boal, nos anos 60, e hoje é praticado em vários países. Uma das modalidades mais comuns do teatro do oprimido é o teatro-fórum. Nele, um grupo constrói uma pequena peça em que o protagonista tenta obter algo, mas não consegue devido à ação de outros personagens. Em um segundo momento, os espectadores são convidados pelo curinga – nome que se dá ao diretor, ministrante de oficinas e mestre de cerimônias do teatro do oprimido – a substituir o protagonista em cena, a fim de tentarem conseguir, na prática, saídas para sua opressão (NUNES, 2008).

Entregamos aos/às jovens participantes, antes do dia combinado para a 5ª oficina, a transcrição da 4ª oficina, a qual tratou sobre os usos de álcool, para que eles/as discutissem e, a partir do que haviam falado, criassem situações-problema para serem encenadas nos moldes do teatro-fórum. Esse foi um momento interessante porque fizemos a leitura coletiva da oficina com os/as jovens e, na transcrição, não havia os nomes deles/as, mas alguns/mas reconheciam o que haviam falado e, nesse reconhecimento, algumas jovens disseram que tinham falado muitas besteiras, outros/as concordaram com tudo que estava colocado e ainda houve um jovem que não estava presente no dia da 4ª oficina, mas que fazia parte do grupo, e que, quando leu a transcrição, disse: “tem algumas

coisas que disseram que eu não concordo”, tendo sido possível refletir junto com o grupo sobre as questões colocadas.

3.4 Entrevistas semiestruturadas com os/as jovens de ambos os territórios

Nessa etapa realizamos entrevistas semiestruturadas com o intuito de conhecermos melhor as experiências dos/as jovens relacionadas com os usos de álcool. Nas oficinas, algo que nos chamou atenção, enquanto experiências comuns vivenciadas por ambos os grupos, foi o uso de álcool realizado pelos/as próprios/as jovens ou familiares e pessoas de suas redes de convívio. Mas observamos que geralmente os/as jovens se referiam às experiências de terceiros e falavam pouco sobre como eles/as mesmos/as têm se relacionado com essas substâncias. Percebemos que as experiências relacionadas com a ingestão de bebidas alcoólicas diziam de outras questões vivenciadas por eles/as e que as entrevistas poderiam ser um espaço/momento para que falassem sobre essas experiências, de modo a poderem ser ouvidos/as. Dessa forma, consideramos importante, nas entrevistas, contemplarmos questões específicas sobre o uso de bebidas alcoólicas.

Realizamos 8 entrevistas semiestruturadas, 4 nas comunidades, 3 com jovens mulheres e 1 com um jovem homem e, ainda, 4 entrevistas na área urbana, com 2 jovens mulheres e com 2 jovens homens. Nas comunidades, as entrevistas foram realizadas nas casas deles; na área urbana, duas aconteceram na escola e as outras duas em uma praça localizada próximo da escola. Os dois jovens que foram entrevistados na praça não estudam na escola e foram indicados por amigas que estudam lá. Assim, entramos em contato com eles e marcamos o local e a data da entrevista.

A escolha do uso de entrevistas semiestruturadas advém do fato de que essa é uma técnica privilegiada de comunicação que combina perguntas fechadas e abertas, em que o/a entrevistado/a tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2008). Iniciamos questionando aspectos socioeconômicos, idade, estado civil, cor da pele, se trabalha, se estuda, entre outras indagações. Após esse breve conhecimento, seguimos com as perguntas que foram elaboradas para compreender as experiências juvenis nos diferentes contextos.

4 Considerações finais

Na presente pesquisa, verificamos a contribuição da metodologia participativa para compreendermos as situações de opressão e desigualdades vivenciadas por jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns. Foi possível percebermos também algumas das estratégias de resistência dos/as jovens diante de tais circunstâncias.

A observação participante, em ambos os territórios, ajudou-nos a compreender o contexto dos/as jovens, o seu cotidiano, algumas de suas experiências e o efeito das desigualdades sociais no processo de subjetivação deles/as. Nas oficinas, os/as jovens tiveram um espaço onde puderam ser ouvidos/as, compartilharam experiências, refletiram sobre suas próprias ações e construíram juntos/as outras visões sobre diversas situações vivenciadas que ocasionam preconceitos, desigualdades e sofrimentos de diversas ordens. As entrevistas possibilitaram que algumas questões construídas nas oficinas fossem aprofundadas. Foi mais um momento em que os/as jovens puderam refletir sobre suas vidas e das pessoas próximas que experienciaram situações parecidas no que se refere às opressões de gênero, classe, raça e sexualidade.

Referências

BATISTA, N. C S.; BERNARDES, J.; MENEGON, V. M. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, M. J; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.p. 97-122. Disponível em:

https://www.academia.edu/36704679/A_produ%C3%A7%C3%A3o_de_informa%C3%A7%C3%A3o_na_pesquisa_social_compartilhando_ferramentas. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRANDÃO, A. A.; JORGE, A. L. Estado e Comunidades Quilombolas no pós-1988.

Sociedadeem Debate, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p.71-103. 2016. Disponível

em:http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_2_SL_Jorge_Brand%C3%A3o.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, M. J. BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do.; CORDEIRO, M. P. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, (publicação virtual), 2014. p.123-148. Disponível em:

https://www.academia.edu/36704679/A_produ%C3%A7%C3%A3o_de_informa%C3%A7%C3%A3o_na_pesquisa_social_compartilhando_ferramentas. Acesso em: 12 mar. 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação

racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos feministas**, Florianópolis, Ano 10 n. 172, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FAERMAM, L. A. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2014.v7.n1.a121>.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MENEGHEL, S. N.; INIGUEZ, L. Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1815-1824, ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000800008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2017.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M.C. de S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.p. 61-77.

MINAYO, M. C. de S. Introdução. In: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.p. 19-51.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Revista Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p.408-412, dez. 2005. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300015>.

NUNES, S. B. Teatro-fórum: histórias espalhadas e questões compartilhadas. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 1-11.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTANA, K. C.; TELES, N.; OLIVEIRA, M. H. B. de. Direito à saúde: adolescentes quilombolas em comunidades rurais de Vitória da Conquista (BA). In: OLIVEIRA, M. H. B. de; ERTHAL, R. M. DE C; VIANNA, M. B.; DA MATTA, J. L. J; VASCONCELLOS, L. C. F. DE; BONFATTI, R. J. (orgs.). **Direitos humanos e saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos**. CEBES: Rio de Janeiro, 2017. p. 53-68.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.26, n.1, p.32-43, abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005>.

Recebido em: 18 de novembro de 2022.

Aceito em: 01 de julho de 2023.